

RETIFICAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 07/2025

Inexigibilidade nº 01/2025

Considerando que o Anexo I do Estudo Técnico Preliminar estabeleceu orientação expressa no sentido de que o Termo de Referência deveria conter cláusula condicionando a efetiva recuperação de créditos municipais perante a União à prévia homologação pela Receita Federal do Brasil ou ao trânsito em julgado de decisão judicial, como forma de assegurar a higidez, a legalidade e a definitividade dos valores passíveis de restituição; verifica-se que o Termo de Referência originalmente elaborado não reproduziu a mencionada diretriz técnica, deixando de incorporar requisito indispensável à segurança jurídica da contratação.

Diante disso, impõe-se a retificação do Termo de Referência, a fim de promover sua adequação às premissas condicionantes fixadas no ETP, bem como garantir a conformidade do instrumento convocatório, especialmente no tocante à necessidade de alinhamento entre planejamento, especificação do objeto e risco da contratação.

Assim, acrescentam-se ao Termo de Referência as seguintes cláusulas, destinadas a atender integralmente às determinações constantes do Estudo Técnico Preliminar e a resguardar a segurança jurídica da recuperação de créditos:

“[...]”

7.3.2.6. Os pagamentos à contratada referentes à compensação ou restituição somente serão devidos após a homologação definitiva pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou, alternativamente, mediante decisão judicial transitada em julgado que reconheça de forma inequívoca o direito creditório do Município.

7.3.2.7. A homologação definitiva ou o trânsito em julgado judicial conferirão caráter definitivo à decisão, constituindo condição indispensável e suficiente para o pagamento da contratada em virtude da compensação ou restituição dos referidos créditos.

7.3.2.8. O CONTRATANTE obriga-se a assegurar, previamente à realização dos pagamentos devidos à CONTRATADA, a necessária disponibilidade orçamentária, exclusivamente com recursos de livre aplicação (verbas não vinculadas), sendo expressamente vedada a utilização de quaisquer recursos vinculados, em especial aqueles provenientes do FUNDEB e do SUS, para tal finalidade.

Da Conta Garantia

7.3.2.9. Para assegurar o adimplemento das obrigações pecuniárias assumidas neste instrumento, o CONTRATANTE manterá, junto a instituição financeira, conta bancária específica, de sua exclusiva titularidade, doravante denominada “Conta Garantia de Recuperação de Créditos Tributários”, vinculada ao contrato e destinada, de forma exclusiva: I – ao depósito dos valores dos honorários devidos ao contratante em decorrência da recuperação e/ou compensação de créditos tributários objeto deste ajuste;

II – ao pagamento dos honorários devidos à CONTRATADA, na forma do contrato; e

III – ao pagamento de eventuais obrigações decorrentes de glosas, contestações, revisões ou condenações administrativas ou judiciais relacionadas à recuperação ou compensação dos créditos tributários objeto deste ajuste, perante o(s) órgão(s) com os quais o Município tenha contraído dívida.

§1º Os recursos mantidos na Conta Garantia integram o patrimônio do CONTRATANTE, porém ficam afetados e vinculados ao cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, não podendo ser utilizados para quaisquer outras finalidades enquanto permanecerem pendentes obrigações perante a CONTRATADA ou perante terceiros relacionadas aos créditos objeto deste ajuste.

§2º É vedada a utilização dos recursos da Conta Garantia para compensar obrigações estranhas ao presente contrato, bem como sua oneração a qualquer título (penhora, arresto, sequestro, caução ou garantia de outras dívidas), ressalvadas determinações judiciais inevitáveis, hipótese em que o CONTRATANTE deverá recompor a Conta Garantia com recursos próprios de livre aplicação.

Do depósito dos valores e dos avisos à CONTRATADA

7.3.2.10. Verificada a efetiva recuperação e/ou compensação de créditos tributários em favor do CONTRATANTE, realizada com fundamento em parecer favorável da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e devidamente atestada por servidor municipal competente, o CONTRATANTE promoverá o depósito dos valores correspondentes aos honorários devidos ao CONTRATADO na Conta Garantia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência do ingresso ou da compensação do crédito.

§1º O depósito referido no caput constitui mera afetação de recursos para garantia do cumprimento das obrigações contratuais, não importando, por si só, em reconhecimento da exigibilidade imediata dos honorários da CONTRATADA, os quais somente serão devidos nas hipóteses e condições previstas nas cláusulas 7.3.2.6 e 7.3.2.7.

§2º Cada depósito realizado na Conta Garantia deverá ser comunicado pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, mediante envio de Aviso de Depósito, preferencialmente por meio eletrônico idôneo, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do respectivo crédito, acompanhado de demonstrativo que identifique: (i) a origem do crédito; (ii) o período de referência; (iii) o valor bruto recuperado ou compensado; e (iv) eventuais descontos ou retenções efetuadas.

§3º A ausência de envio do Aviso de Depósito à CONTRATADA não a prejudicará quanto ao direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação dos valores existentes na Conta Garantia, bem como de obter extratos e demonstrativos da movimentação da referida conta, podendo tal omissão caracterizar descumprimento contratual pelo CONTRATANTE.

Do pagamento dos honorários a partir da Conta Garantia

7.3.2.11. Uma vez ocorrida a homologação definitiva pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou o trânsito em julgado de decisão judicial que reconheça, de forma inequívoca, o direito creditório do Município, na forma das cláusulas 7.3.2.6 e 7.3.2.7, o CONTRATANTE efetuará o pagamento dos honorários devidos à CONTRATADA, exclusivamente com recursos provenientes da Conta Garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados:

I – da homologação definitiva; ou

II – do trânsito em julgado da decisão judicial.

§1º O pagamento de que trata o caput será realizado mediante transferência bancária em favor da CONTRATADA, observados os percentuais, bases de cálculo e demais critérios estabelecidos neste contrato, sendo vedado ao CONTRATANTE utilizar os recursos da Conta Garantia para finalidade diversa enquanto remanescer obrigação pecuniária pendente em favor da CONTRATADA.

§2º Eventuais glosas, contestações, revisões ou condenações administrativas ou judiciais, decorrentes da atividade do CONTRATANTE e relacionadas à recuperação ou compensação dos créditos tributários objeto deste contrato, serão satisfeitas prioritariamente com recursos da Conta Garantia, em favor do(s) órgão(s) ou entidade(s) perante os quais o Município tenha se tornado devedor, sem prejuízo da preservação dos honorários que já tenham se tornado definitivos e tenham sido regularmente pagos à CONTRATADA.

§3º Sobre os valores depositados na Conta Garantia incidirá a atualização monetária prevista neste contrato ou, na omissão deste, o índice oficial de correção normalmente adotado pelo Município para seus créditos tributários, até a efetiva data do pagamento dos honorários devidos à CONTRATADA.

Da gestão da Conta Garantia (Tesoureiro)

7.3.2.12. A gestão da Conta Garantia caberá a TESOUREIRO formalmente designado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, o qual deverá ser, obrigatoriamente, servidor público municipal efetivo, com reputação ilibada, incumbindo-lhe:

I – zelar pela observância das disposições deste contrato relativas à Conta Garantia;

II – acompanhar, autorizar e registrar os depósitos, pagamentos, transferências e aplicações financeiras realizados com os recursos da Conta Garantia;

III – manter controle atualizado dos saldos e da movimentação da Conta Garantia, mediante elaboração de demonstrativos mensais, que deverão ser disponibilizados à CONTRATADA sempre que solicitados ou, no mínimo, com periodicidade trimestral;

IV – atuar com independência, imparcialidade e estrita observância da legislação aplicável e das regras de governança financeira do Município, respondendo administrativa, civil e penalmente por eventual desvio de finalidade ou irregularidade na gestão da Conta Garantia.

§1º O CONTRATANTE compromete-se a assegurar ao TESOUREIRO os meios e informações necessários ao pleno desempenho de suas atribuições.

Dos investimentos dos recursos da Conta Garantia

7.3.2.13. Enquanto não utilizados para o pagamento das obrigações previstas neste contrato, os recursos mantidos na Conta Garantia deverão ser obrigatoriamente aplicados em modalidades de investimento de natureza conservadora e de baixíssimo risco, admitidas pela legislação vigente para a Administração Pública Municipal, as quais serão previamente acordadas entre as partes.

§1º Os rendimentos líquidos auferidos com tais aplicações reverterão em favor da própria Conta Garantia e serão considerados, para todos os fins, como acréscimo dos recursos vinculados ao presente contrato, podendo ser utilizados nas mesmas finalidades previstas na cláusula 7.3.2.9.

§2º Em nenhuma hipótese a CONTRATADA suportará perdas decorrentes de eventual risco dos investimentos realizados com os recursos da Conta Garantia, não podendo tais perdas ser opostas como fundamento para redução, postergação ou inadimplemento dos honorários contratualmente devidos.

§3º Ocorrendo perda de capital decorrente de oscilação de mercado, falha operacional ou culpa da instituição financeira responsável pela aplicação, obriga-se o CONTRATANTE a recompor integralmente o saldo da Conta Garantia, com recursos próprios de livre aplicação, de modo a assegurar a plena satisfação das obrigações assumidas perante a CONTRATADA, sem prejuízo do direito ao regresso contra os responsáveis.

Do inadimplemento do CONTRATANTE e da liberação dos recursos

7.3.2.14. Caracterizar-se-á inadimplemento do CONTRATANTE, para todos os fins de direito, a não realização, nos prazos contratualmente previstos, dos pagamentos devidos à CONTRATADA, desde que satisfeitas as condições de exigibilidade previstas nas cláusulas 7.3.2.6 e 7.3.2.7 e comprovada a disponibilidade de recursos suficientes na Conta Garantia.

§1º Verificado o inadimplemento, a CONTRATADA notificará o CONTRATANTE, por escrito, concedendo-lhe prazo complementar de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação para que este autorize a transferência bancária dos valores devidos à CONTRATADA, a partir dos recursos vinculados à Conta Garantia, sem prejuízo da eventual complementação com recursos próprios de livre aplicação, caso o saldo seja insuficiente por culpa do CONTRATANTE.

§2º As disposições desta cláusula serão interpretadas em consonância com a legislação de finanças públicas, em especial com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de

Responsabilidade Fiscal), não podendo ser utilizadas para afastar a garantia mínima do direito creditório da CONTRATADA, nos limites em que haja disponibilidade de recursos de livre aplicação e valores depositados na Conta Garantia.

Do apoio técnico da CONTRATADA e da responsabilidade pelos danos

7.3.2.15. A CONTRATADA obriga-se a prestar ao CONTRATANTE apoio técnico integral e permanente relativamente aos créditos tributários objeto deste contrato, desde a fase de estudos e implementação das teses até a efetiva pacificação do direito em relação a cada crédito recuperado e/ou compensado, entendida esta como a ocorrência da homologação definitiva pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou do trânsito em julgado da decisão judicial que reconheça o direito creditório do Município, bem como a conclusão de todos os procedimentos decorrentes, administrativos e/ou judiciais, diretamente relacionados à sua atuação.

§1º O apoio técnico de que trata o caput compreende, dentre outras atividades correlatas e necessárias:

I – a elaboração de pareceres, memoriais, manifestações técnicas e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE ou por seus órgãos de controle;

II – o acompanhamento e assessoramento em eventuais procedimentos de fiscalização, diligências, auditorias e prestações de informação junto à Receita Federal do Brasil, Tribunais de Contas, Ministério Público e demais órgãos de controle interno e externo;

III – a elaboração e/ou revisão de defesas, recursos, impugnações, manifestações e demais peças técnicas necessárias à manutenção dos créditos recuperados e/ou compensados;

IV – o fornecimento de todos os esclarecimentos técnicos e documentos que se façam necessários à adequada instrução de processos administrativos e judiciais relacionados aos créditos objeto deste contrato.

§2º A CONTRATADA responderá técnica e integralmente por todo e qualquer dano material efetivo que vier a ser comprovadamente causado ao Município, direta e exclusivamente, em decorrência de erro, omissão, inexistência, negligência, imprudência, imperícia, ou dolo na execução dos serviços técnicos contratados, inclusive no que se refere a equívocos em cálculos, interpretações manifestamente inadequadas da legislação ou na condução de procedimentos que lhe sejam atribuídos neste contrato.

§3º A responsabilidade de que trata o parágrafo anterior abrange, nos limites do nexo causal com a atuação da CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, juros, atualização monetária, tributos exigidos em razão de glosas ou desconstituição de créditos, bem como custas, despesas processuais e eventuais condenações impostas ao Município diretamente relacionadas à atuação da CONTRATADA, sem prejuízo do direito de regresso do Município, quando for o caso.

§4º A eventual responsabilização da CONTRATADA na forma desta cláusula não exime o CONTRATANTE do cumprimento das obrigações de pagamento dos honorários devidos nos termos deste contrato, quando configuradas as condições de exigibilidade previstas nas cláusulas 7.3.2.6 e 7.3.2.7, ressalvado o direito de dedução ou regresso em caso de danos comprovadamente atribuíveis à CONTRATADA.”

Divinópolis/MG, 09 de dezembro de 2025.

Luan Henrique Arantes Pereira
Coordenador de Programa